

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2017

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – Avante – PROS)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Arnaldo Silva Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – PHS – PTC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa Deputado Antonio Lerin

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PP – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Bonifácio Mourão Deputado Dilzon Melo Deputado João Leite Deputado Luiz Humberto Carneiro Deputado Tito Torres

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira

Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Gustavo Santana

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
	BVC	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	Avante – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	

Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC -- BCMG	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
	BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	

Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
-------------------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente

Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Bosco	Avante – BCMG	

Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	

Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM
--------------------------	-------------

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente

Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	

Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM
Deputado Gil Pereira	PP – BVC

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

1 – ORDENS DO DIA

- 1.1 – Plenário
- 1.2 – Comissões

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Plenário

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
16/11/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 2.457/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre a regulamentação e fiscalização dos valores cobrados pela alienação de placas automotivas no Estado, tendo em vista as notáveis diferenças de valores praticados no mercado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.830/2016, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a existência de convênio com o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa –, localizado em Betim, bem como sobre o repasse de recursos financeiros nos anos de 2015 e 2016, caso exista a parceria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.529/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações sobre as queimadas nos parques e áreas de preservação e as providências que estão sendo tomadas para conter a devastação causada pelo fogo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 47/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Tarcísio Dayrell Neiva para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 48/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Girlaine Figueiró Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 49/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 50/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria da Glória Ferreira Giudice para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 51/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 53/2017, feita pelo governador do Estado, do Sr. Gustavo Henrique Escobar Guimaraes para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/11/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 8.135, 8.137, 8.138 a 8.143, 8.145 e 8.146/2017, do deputado Bosco; 8.150 a 8.153, 8.155 e 8.157 a 8.162/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.234/2017, do deputado Braulio Braz; 8.235/2017, da Comissão de Participação Popular; 8.248/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; 8.290, 8.299 e 8.300/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.318 a 8.322/2017, da deputada Geisa Teixeira; 8.365 e 8.366/2017, do deputado Bosco; 8.416/2017, do deputado Duarte Bechir; 8.461/2017, do deputado Braulio Braz; 8.659/2017, do deputado Gustavo Santana; 8.754/2017, da Comissão de Administração Pública; 8.931 a 8.937/2017, da deputada Geisa Teixeira; 8.972 a 8.976 e 9.011 e 9.013/2017 do deputado Bosco; 9.029/2017, da deputada Arlete Magalhães; 9.099/2017, do deputado Duarte Bechir; 9.221/2017, da Comissão de Segurança Pública; 9.251/2017, do deputado Sargento Rodrigues e 9.274/2017, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/11/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/11/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 924/2015, do deputado André Quintão; e 1.622/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.118/2017, do deputado Isauro Calais; 4.132/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.215/2017, do deputado Cássio Soares; e 4.286/2017, do deputado Gil Pereira.

Requerimentos nºs 9.140/2017, do deputado Gil Pereira; e 9.289/2017, do deputado Lafayette de Andrada.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 16/11/2017, destinada à realização do ciclo de debates Encontro Internacional Descriminalização das Drogas.

Palácio da Inconfidência, 14 de novembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.159/2017****Comissão de Segurança Pública****Relatório**

De autoria do deputado Roberto Andrade, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Fervedouro, com sede no Município de Fervedouro, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O policiamento comunitário, estratégia institucional que inseriu o cidadão na promoção da segurança pública, transformou o papel da sociedade na questão do combate à criminalidade. De meros informadores de eventos criminosos, os cidadãos integraram-se aos órgãos de defesa social para contribuírem na solução dos problemas da segurança pública.

A criação dos conselhos comunitários de segurança pública – Conseps –, associações civis sem finalidade lucrativa, constitui importante ferramenta para inserção da sociedade nas discussões de segurança pública, além de contribuir para a implementação efetiva do policiamento comunitário na localidade onde atuam.

Nessa perspectiva está inserido o Projeto de Lei nº 4.159/2017, que pretende declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Fervedouro, entidade em funcionamento desde 2003, que tem como um de seus objetivos “congregar as lideranças comunitárias, conjuntamente com as autoridades policiais, no sentido de planejar ações integradas de segurança que resultem na melhoria da qualidade de vida e segurança da comunidade” (art. 2º, IV, do Estatuto Social da entidade).

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela instituição, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.159/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Paulo Guedes, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 71/2017

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O Projeto de Lei Complementar nº 71/2017, de autoria do governador do Estado, “altera a Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876 e dá outras providências”.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição.

Em análise de mérito, a Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação da matéria na forma original.

Vem, agora, o projeto a esta comissão para receber parecer, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela visa modificar a Lei Complementar nº 138, de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal – STF – no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876 e dá outras providências. A referida lei complementar assegurou a continuidade do benefício aos servidores que estavam afastados por licença-saúde quando de seu desligamento do serviço público estadual pelo cumprimento da decisão judicial proferida pelo STF, e definiu, ainda, que a licença não poderia ultrapassar o prazo máximo de vinte e quatro meses.

A alteração ora proposta pretende permitir que a licença para tratamento de saúde desses servidores possa ser prorrogada até 31 de dezembro de 2019, prazo dentro do qual a licença poderá ser convertida em aposentadoria por invalidez, se a junta médica considerar o beneficiário definitivamente inapto para o serviço público em geral.

Segundo a mensagem enviada pelo governador, a medida tem como objetivo “assegurar ao Estado os meios legítimos e seguros para amparar os beneficiários da Lei Complementar nº 138, de 2016, possibilitando a manutenção da licença para tratamento de saúde aos que não estiverem aptos ao trabalho em 31 de dezembro de 2017, conforme inspeção médica oficial”.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça não vislumbrou óbices à tramitação da proposição, uma vez que não foi vislumbrada “ofensa às normas gerais sobre os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos previstas na Lei Federal nº 9.717, de 1998”. Além disso, considerou “razoável também, diante da peculiaridade da situação vivenciada por esses servidores, a regulamentação específica acerca do prazo máximo da sua licença para tratamento de saúde, postergando-a para 31 de dezembro de 2019. Isso, levando-se em conta a insegurança jurídica gerada pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007, as repercussões no vínculo previdenciário com o Estado e o já citado acordo celebrado entre a União, o Estado de Minas Gerais e o INSS no Recurso Especial nº 1.135.162/MG”. Isto posto, a referida comissão concluiu pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade da matéria.

A Comissão de Administração Pública, ao analisar o mérito da matéria, considerou a proposição louvável, ao destacar as importantes ressalvas contidas na decisão tomada pelo STF na referida ADI. Considerou “bastante razoável, diante disso, que o prazo máximo da licença para tratamento de saúde seja estendido para 31 de dezembro de 2019”, uma vez que “que as pessoas que tiverem a sua licença a saúde restabelecida, nos termos da lei complementar em referência, não necessariamente tiveram o seu estado de saúde igualmente restabelecido”. Assim, a comissão entendeu que a medida “atende, sobremaneira, a uma questão de justiça social e zela pela dignidade do ser humano”, razão pela qual opinou pela sua aprovação na forma original.

No que concerne à competência desta comissão para proceder à análise da repercussão orçamentária e financeira do projeto, destacamos que a revisão da Lei Complementar nº 138, de 2016, ora proposta, garantirá a continuidade da licença-saúde aos servidores atingidos pela decisão do STF, e não implica criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental. Assim, entendemos que a proposição não descumpra os critérios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para geração de despesa.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 71/2017, em 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2017.

Cássio Soares, presidente

Ivair Nogueira, relator – Carlos Henrique – Ulysses Gomes – João Leite.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 774/2015

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Relatório

De autoria do deputado Gilberto Abramo, o Projeto de Lei nº 774/2015, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 818/2011, estabelece condições para as instituições particulares de ensino fundamental, médio e superior do Estado de Minas Gerais.

Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº1, por ela apresentado. No mérito, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia opinou pela aprovação do projeto de lei com a Emenda nº1 àquele substitutivo, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto aos seus aspectos econômicos, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XIII, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa a garantir que as instituições de ensino concedam ao aluno inadimplente o certificado de conclusão de curso e a permissão de participação na cerimônia de formatura, além de estabelecer a necessidade de realização de acordo para quitação do débito. Os Projetos de Lei nºs 875/2003, 72/2007 e 818/2011, de conteúdo idêntico à proposição em exame e todos de autoria do deputado Gilberto Abramo, já tramitaram nesta Casa Legislativa e receberam, quando analisados, pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Ciência e Tecnologia e Fiscalização Financeira e Orçamentária.

O Substitutivo nº 1 apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça à proposição recepcionou orientação contida no parecer da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para o Projeto de Lei nº 818/2011, que tramitou na legislatura passada, ao garantir a participação do aluno inadimplente nas solenidades de formatura, por serem realizadas com recursos próprios dos alunos, pais ou responsáveis e não com recursos da escola.

Por sua vez, a Emenda nº 1 ao referido substitutivo, apresentada pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, aperfeiçoou o escopo de abrangência da proposição ao restringir o seu alcance às instituições privadas de ensino localizadas em território mineiro.

Entendemos que a proposição se alinha à legislação federal em vigor (Art. 6º da Lei Federal nº 9.870, de 1999), que define medidas de proteção aos estudantes em situação de inadimplência, de maneira a garantir-lhes o direito de acesso ao ensino. Entretanto, analisando-se o alcance da proposição sob o prisma da eficiência econômica do mercado educacional, consideramos ser necessário ratificar medida de proteção às relações de consumo já consolidada no Código de Defesa de Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990), em respeito ao princípio constitucional da ordem econômica de defesa do consumidor (Art. 170, V, da Constituição Federal), de forma a inibir a ocorrência de falhas regulatórias de mercado. Por essas razões, opinamos por acrescentar dispositivo ao texto da proposição por meio de emenda ao substitutivo aprovado pela comissão de mérito.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 774/2015, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e com a Emenda nº 2, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier ao Substitutivo nº 1 o seguinte artigo:

“Art. ... – As instituições privadas integrantes do sistema estadual de ensino deverão informar previamente ao estudante inadimplente a respeito da inclusão de informações negativas sobre ele em bancos de dados e cadastros de consumidores, nos termos do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 8.078, de 1990.”

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2017.

Roberto Andrade, presidente e relator – Tadeu Martins Leite – Fábio Avelar Oliveira.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/11/2017

O deputado Durval Ângelo* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Nós sabemos que o Brasil vive um momento muito difícil do ponto de vista político, econômico e social. Tudo isso era previsível. Talvez não com essa gravidade, porque a reforma que se colocava como fundamental e essencial para o País era a reforma política. Sempre dizia, e escrevi sobre isso, que a

reforma política era a mãe de todas as reformas. Lembro-me muito bem de quando o presidente Lula, no final do seu mandato, falou de uma constituinte exclusiva para a reforma política. Ele acenava nesse sentido, porque no mundo inteiro os congressos são conservadores para mudarem as regras pelas quais foram eleitos. Isso é realidade no mundo inteiro.

O que vivemos no Brasil já se passou na Itália, em uma experiência dolorosa que fez com que um grande partido, a Democracia Cristã, fosse praticamente aniquilado. Também o Partido Comunista Italiano, um partido histórico, um dos primeiros do Ocidente, foi aniquilado e precisou mudar o nome da legenda, passando a ser Partito della Sinistra, com outro conteúdo pragmático. Mas a Itália enfrentou a reforma política, cujos pilares foram fruto de uma assembleia nacional constituinte e cuja espinha dorsal foi o financiamento público de campanha. Ao mesmo tempo, permitiram-se representações e interações maiores com a sociedade, que ganhou forças nesse diálogo com o congresso italiano.

Em Portugal, não foi diferente. Uma década depois da Revolução dos Cravos, em 1974, eles viveram o que vivemos hoje. Ali, não por uma constituinte, mas por um congresso específico, ou seja, por um congresso que em determinado momento teve a função específica de fazer a reforma política. Fiquei admirado em ver que hoje, nas eleições municipais de Portugal, o partido, ou melhor, a coligação que ganhou as eleições em Porto, uma cidade com quase trezentos mil habitantes, gastou €56.000, deputado Léo Portela. O partido vencedor na capital – enquanto em Porto venceu uma coligação conservadora, em Lisboa venceu uma coligação progressista – gastou o dobro disso. Esses foram parâmetros colocados objetivamente para se fazer a reforma política.

Então, tirando algumas distorções que vemos com alguns personagens na Lava Jato ou em outras operações do Ministério Público, da Polícia Federal ou da Polícia Civil, em Minas e em outros estados, em 70% dos casos, o que está por trás é o financiamento de campanha, essa relação espúria entre o privado e o público. É isso, na maioria dos casos. Tanto é que vemos envolvidos tesoureiros de campanhas e marqueteiros de campanhas de esquerda, direita e centro. Também vemos deputados que todos reconhecemos íntegros e sérios recebendo doações de caixa dois ou de caixa três. Acho que isso deve nos levar a uma reflexão: fazer a reforma política tem de ser a nossa grande bandeira. Sabemos que essa reforma política tem de ter o viés de qualificar a representação, considerando claramente a máxima da Constituição de que o poder, que é a gênese da democracia, é do povo, emana do povo e tem de ser exercido pelo povo. Assim, na verdade, os parlamentares são procuradores, delegatários de uma missão, delegados para uma missão, mas o dono do poder é o povo.

Então, temos realmente de legitimar essa representação, seja no sistema proporcional como é hoje, mas com algumas exigências e limitações, seja no sistema distrital misto, como é o modelo alemão, seja num processo de votação por listas, como se fosse uma eleição majoritária. De qualquer maneira o primeiro desafio é este: legitimação do voto. O eleito tem de falar em nome de um setor, de um segmento. Por isso, em vários debates aqui, mesmo discordando de muitos argumentos, creio que essa é a gênese do Poder Legislativo. É isso que motiva e alimenta o Parlamento e a democracia.

Um ponto fundamental que essa reforma tem de tratar é da questão partidária. Hoje, no Brasil, são 36 partidos, e já estamos caminhando para 40. Aí, teremos siglas de aluguel em que se faz, por exemplo, leilão em período eleitoral, com raras exceções. Mas, na maioria dos casos, é quem dá mais. Qual é o majoritário que bancará campanhas de proporcionais, ajudará no aluguel da sede e na manutenção do partido, quando não muito, nem raro, infelizmente, até na questão de patrimônio privado de gente que usa o fato de ser, entre aspas, dono de um partido, como instrumento de barganha para tratar de questões de vida privada?

O segundo ponto é que não podemos ter tantos partidos. Não temos ideologia. Aí é que o Supremo erra, porque a Corte Maior do Brasil, que está envolvida com isso, impediu há 10, 12 anos a cláusula de barreira. Então, o próprio Supremo é responsável. Houve um determinado momento em que, por ampla maioria, o Congresso votou a cláusula de barreira, que seria um limitador nesse número exagerado de partidos.

O terceiro aspecto da reforma política tem de ser uma interação permanente da sociedade. Isso se dá através de um modelo que existe em quase duas dezenas de estados americanos, chamado *recall*, que dá a possibilidade de o cidadão intervir no eleito. Isso

se dá através de petições públicas mais ampliadas, permitindo que se intervenham no Parlamento consultas públicas – até o Senado tem feito, diga-se de passagem, consultas públicas, mas, infelizmente, elas não têm valor algum impositivo – e através de processos de participação. Quando se trata dos municípios, os arts. 29 e 30 da Constituição Federal falam da participação da sociedade no planejamento e até na elaboração orçamentária. Mas, infelizmente, temos poucos municípios onde isso, realmente, é efetivado.

O último ponto de uma reforma política, que trato como quarto ponto, é o financiamento de campanha. Nós agora tivemos uma votação no Congresso. Foi um financiamento público muito alto. Digitem “financiamento público de campanha em Portugal nas últimas eleições municipais” que vocês ficarão estarecidos com o que cada partido recebeu para eleger os seus representantes. Como lá tem o sistema de uma assembleia municipal onde as freguesias elegem representantes, há municípios que chegam a ter até 100 representantes nessa assembleia municipal, cujo trabalho é gratuito. A única coisa que a pessoa tem de fazer é se desvincular do seu trabalho, que é anistiado, para participar da assembleia municipal quando acontece um fato.

Eu mesmo participei recentemente de uma assembleia municipal com trinta e poucas pessoas em Ourém, um município que tem menos de 50 mil habitantes, e vi como é proveitoso o debate. Lá são 13 freguesias, e cada uma elegeu 3 representantes para a assembleia municipal, que, por sua vez, elegeu 7 vereadores. E esses 7 vereadores elegeram o presidente da municipalidade, que é o mesmo presidente da câmara. Então, o presidente da câmara é o mesmo presidente que cuida da administração. Esse, sim, é liberado e remunerado. Os outros seis não são remunerados, a não ser que eles ocupem cargos como secretários municipais. Eles são remunerados por exercício de cargo municipal. Portanto, esse é o debate que eu trago aqui. Muitas vezes, quando estamos denunciando ou discutindo algumas coisas, vemos que os problemas têm a ver com a questão da representação.

Aproveito para trazer uma notícia e registrar um elogio. Participei de uma reunião presidida pelo desembargador Herbert Carneiro, no Tribunal de Justiça, com juízes da Vara de Execuções Criminais e secretários da área prisional, da área de planejamento e da Segov, que representavam o governo do Estado. Estive lá representando esta Casa. O tribunal está querendo fazer uma dosimetria da interpretação da norma relativa à extinção, no dia 31 de dezembro, conforme decisão tomada por unanimidade por uma câmara do tribunal, de todos os contratos de agentes penitenciários. Foi uma lei votada e enriquecida nesta Casa, na época do governador Anastasia. O Tribunal a considerou antijurídica, ilegal e inconstitucional e vai propor à Corte – hoje chamado Órgão Especial, formado por 25 desembargadores – uma modulação da decisão. Já adianto que, nessa modulação, os contratos que puderem ser prorrogados – ainda não há um modelo final – não o serão por prazo superior a dois anos, e o governo terá de fazer concurso público durante esse período.

Esperamos que essa decisão traga paz ao seio do sistema carcerário mineiro e podemos também ajudar aqui dando andamento à votação da nossa pauta. Temos uma pauta extensa hoje. Falo em meu nome, como líder do governo, e posso falar também em nome do líder da oposição, deputado Gustavo Corrêa: queremos a solução para esse impasse que vem se arrastando. Sabemos que as matérias que devem ser votadas aqui obedecem à velha máxima: vota-se maioria, minoria, e você tem uma solução para isso. Creio que estamos caminhando para a solução dos impasses aqui na Casa. Estamos fazendo as últimas tratativas. O governo pagou uma parcela atrasada do transporte escolar, além do valor relativo ao mês, e vai pagar outra até o final deste mês. E, talvez, para o ano que vem, só ficaria um ou dois atrasados do transporte escolar. Então, estamos caminhando para uma solução para isso.

O governo também está atualizando a questão do Refis para ver os atrasos herdados do governo anterior. Houve um aumento neste governo em relação ao repasse da saúde aos municípios. Em relação à crise a que me referi – hoje falei só da crise política, não deu tempo de falar da crise social –, ela é uma realidade de todos no Estado.

Então, como líder do governo, queria trazer esses informes e essa contextualização do processo que estamos vivendo. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, tenho ouvido, em algumas reuniões ordinárias, algumas críticas, a meu ver, infundadas, a essa inovação de gestão pública em Minas, que são os fóruns regionais. Hoje vou utilizar o tempo para fazer, desta tribuna, ainda que de maneira sintética, em função do tempo, uma defesa veemente dessa forma de governar.

Sabemos que, desde a Constituição de 1988, há a previsão de combinação da democracia representativa com a democracia participativa. A representativa é a democracia em que elegemos vereadores, deputados estaduais e federais e membros do Executivo; e a participativa, por meio de várias formas, como projeto de iniciativa popular, referendo, plebiscito, participação direta em processos decisórios, como os modelos de orçamento participativo, e políticas públicas com conselhos setoriais, muitos deles deliberativos. Essa foi uma grande inovação, que, desde 1988, em pouquíssimos municípios, pouquíssimos estados e, em boa medida, nos governos Lula e Dilma, um acréscimo de participação direta também no plano federal vem construindo essa rede de participação.

Quando o governador Pimentel assumiu o governo, já havia, à luz de experiências anteriores, inclusive em Belo Horizonte, a ideia de se construir um modelo de gestão que priorizasse as regiões, descentralizasse as políticas públicas e aproximasse o governo estadual das realidades plurais do nosso Estado. A primeira medida que o governo teve foi redividir o nosso Estado, as macrorregiões de planejamento em territórios de desenvolvimento. Essa divisão em macrorregião muitas vezes atropelava fatores e características culturais, econômicas e sociais dessas regiões. Por exemplo, havia uma macrorregião de planejamento denominada Jequitinhonha e Mucuri. Sabemos que são realidades distintas e que o próprio Jequitinhonha comporta o Alto Jequitinhonha, o Médio Jequitinhonha e o Baixo Jequitinhonha, com características diferentes. A Região Metropolitana do Vale do Aço era contida na macrorregião do Rio Doce, também com realidades completamente distintas. Então foram instituídos 17 territórios de desenvolvimento, que passaram a ser uma referência de construção de políticas públicas integradas, territorializadas.

Muita gente, ao criticar os fóruns regionais, inclusive aqui, no Plenário, restringe essa experiência ao evento de que o governador e todos os secretários participam. Por si só, já seria uma grande novidade, porque acompanhei os fóruns regionais desde o início, como secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social; e agora, como deputado e líder do Bloco Minas Melhor, tenho ido a muitos municípios onde esses eventos são realizados, onde a voz corrente é: “O governador nunca pôs os pés aqui, neste município. A última vez em que um governador esteve aqui foi há 30 anos. Nunca secretário de Estado esteve presente neste município. Nunca tive oportunidade de dirigir perguntas, tirar dúvidas, discutir programas e projetos com o gestor estadual responsável, no caso o secretário de Estado”.

O próprio evento do fórum regional não se restringe àquela abertura política de que o governador participa, mas ele tem todo o governo no município e naquele território de desenvolvimento apresentando suas prioridades e explicando seus programas e ações. Então a presença do governo, a proximidade do governo, não só em cidades-polos é uma outra novidade. A primeira rodada dos fóruns regionais ocorreu em cidades-polos, mas depois houve uma alternância de municípios, o que já é um acréscimo de participação democrática. Mas, de forma alguma, essa participação se esgota no momento da reunião da Plenária da Assembleia. Temos representantes eleitos, sejam dos movimentos sociais, sejam das câmaras municipais, dos próprios prefeitos, que acompanham e monitoram as prioridades definidas pela população. É lógico que, num município, você avança muito mais numa experiência de orçamento participativo. São dimensões menores, são atores políticos com um número mais reduzido, diferente de um Estado do tamanho de Minas Gerais. Mesmo assim, a experiência tem revelado bons frutos, porque principalmente no momento de crise econômica é fundamental que as prioridades sejam definidas diretamente, nas próprias regiões. Isso confere maior legitimidade às ações de governo. Então, esse modelo, que é incipiente, é inicial. Estamos no primeiro governo. É uma inovação de gestão, portanto carece de aperfeiçoamentos. É uma experiência num momento de crise fiscal nacional, de retaliação do governo federal sobre Minas Gerais, de subtração de direitos, de retrocessos federais e, evidentemente, com recursos menos disponibilizados. Mesmo assim, as

entregas que têm sido realizadas estão sendo reconhecidas como positivas e valorizadas em cada região, porque essa é uma diferença qualitativa também do governo.

Neste momento não pode ser o governo das obras faraônicas, megalomaniacas. Agora é fazer funcionar o Estado, é garantir a educação, é garantir os trabalhadores da educação em sala de aula, é garantir o funcionamento da segurança pública, é garantir o pagamento dos servidores, ainda que, neste momento, de forma parcelada, dentro do próprio mês. Então essa forma de governar altera a lógica daquele governo do carpete, do ar-condicionado, da Cidade Administrativa, onde, muitas vezes, um prefeito, um vereador, um líder social comunitário, um presidente de sindicato de trabalhadores rurais sequer teria condição de conhecer, de trocar uma ideia, de dialogar com os gestores estaduais. Além disso, essa nova forma de governar aponta para a intersetorialidade, para a integração dos órgãos estaduais no território, e essa é uma construção de gestão pública difícil de ser feita, porque a cultura política de gestão pública no Brasil e em Minas sempre foi a da segmentação e do isolamento. Às vezes, sequer, a divisão das estruturas setoriais é compatível ou guarda uma uniformidade com as demais estruturas.

Então, muitas vezes, uma diretoria regional da Sedese tem uma superintendência de educação, de saúde, de segurança pública. Às vezes, a própria compatibilização dessas estruturas é complexa. Mas o fundamental, independentemente da formalidade dessa compatibilização, é que o diretor da Sedese converse com o superintendente da educação, com o representante da Emater, com o responsável pelo DEER na região. Com certeza, a integração entre os órgãos do governo do Estado, em sintonia com as representações municipalistas e legislativas dos territórios e em contato permanente com os movimentos sociais, gera melhores resultados, com mais efetividade. Essa é a inspiração dos fóruns regionais. Quem vem aqui e taxa esses fóruns de caravana do blá-blá-blá está desconhecendo e desrespeitando inclusive milhares de pessoas que estão participando e apostando nesse processo. De fato, a gestão centralizada em Belo Horizonte, com poucas pessoas decidindo as prioridades, sempre foi prática rotineira no nosso estado. Agora, não! Agora, como o Plano Plurianual vigente, os territórios de desenvolvimento têm a oportunidade de, ali na região, definirem suas prioridades. Justiça seja feita à Assembleia Legislativa, que desde 2003, quando criamos a Comissão de Participação Popular, abre espaço para também recolher sugestões da sociedade civil na tramitação dos projetos de leis orçamentárias, incluindo o Plano Plurianual e suas revisões anuais aqui nesta Casa, através de audiências públicas realizadas em parceria com o próprio governo estadual. Isso permite o aperfeiçoamento dos projetos na Assembleia durante a sua tramitação.

Nós temos de defender e valorizar os espaços que podem ser construídos. Isso não suplanta o papel do Legislativo. Por isso é que a Assembleia participa dos fóruns regionais. Neste ano foi amplamente discutida a dívida do governo federal com Minas no caso da compensação da Lei Kandir. Os deputados têm toda a liberdade de participar de todos os momentos dos fóruns regionais. Portanto não há concorrência, e sim convergência do espaço democrático da sociedade civil e do espaço do Poder Legislativo.

Quero aqui discordar, de maneira educada, elegante e respeitosa, daqueles que estão hoje tentando desvalorizar esse instrumento e esse mecanismo inovador de gestão pública em Minas Gerais. Aproveito para parabenizar todos os servidores públicos do governo de Minas, o governador Pimentel, os vereadores, os prefeitos, as entidades da sociedade civil que hoje partilham dessa experiência. Com certeza, podemos avançar muito nos aspectos metodológicos, na formatação, principalmente no momento em que o Estado tiver uma situação fiscal mais favorável e com acolhimento do maior número de demandas e propostas apresentadas pelos fóruns regionais. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltei a ocupar esta tribuna e tinha hoje o pensamento de trazer aqui, pelo menos parcialmente, uma notícia boa da Câmara dos Deputados. Mas, depois da fala do deputado que me antecedeu, não há como não pontuar algumas questões.

Dizer aqui, da tribuna da Assembleia, que os fóruns regionais são instrumentos importantes de participação popular, de democracia participativa, seria muito bom no plano da teoria, no plano do chamado marxismo, que eles tanto apregoaram aos quatro

cantos. Mas o que vemos na prática é uma farra com o dinheiro público. É uma farra. A chamada esquerda caviar, presidente, vem à tribuna dizer de democracia participativa: “Olha, vamos levar o fórum regional”. Há deputados desta Casa, deputados do PMDB, que não querem que o fórum regional vá até sua cidade. Sabe por que, presidente? Porque eles vão lá, levam toda uma estrutura, uma assessoria governamental, todo um *staff*, secretários, secretários adjuntos, diretores, superintendentes, motoristas, diárias, aviões, helicópteros, se deslocam com toda aquela infraestrutura, com toda aquela parafernália de governo, vão para a cidade, fazem o fórum regional, e qual é o resultado? Desafio qualquer deputado da base de governo, seja o líder de governo, Durval Ângelo, seja o André Quintão ou o Tadeu Martins Leite, a dizer onde estão os resultados de um governo que disse que ia ouvir para governar. De um governo que seria transparente, que seria um governo do povo.

Coitada da D. Maria Tereza. D. Maria Tereza, deputado Dalmo, é uma senhora presidente da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, que esteve na Comissão de Segurança Pública, na terça-feira, desabafando e falando, de forma muito pura, firme e objetiva, que foi enganada. Ela disse: “Sou fundadora do PT. Fui presa distribuindo santinhos do PT, aos sete anos de idade, na porta da Mannesmann. Esse Pimentel disse que ia fazer um governo do povo. Que povo? Ele está se esquecendo de todo mundo. Que arrependimento, que vergonha desse governo”. Olha, deputado Dalmo, isso não foi dito por gente do PSDB, não foi dito por gente do Democratas, mas por uma pessoa do PT. A Assembleia transmitiu, ao vivo, o depoimento da Sra. Maria Tereza.

E aqui escuto, deputado Dalmo, o deputado que me antecedeu falar de fórum regional, o que está torrando o dinheiro público, numa ganância desenfreada. Mas não fica só nisso, não. A democracia, a participação popular, a democracia participativa, a democracia deliberativa, são as terminologias usadas pelos marxistas, por aqueles que pregaram o socialismo. Estão querendo enganar quem?

Deputado Dalmo, fizemos um apanhado dos voos da esquerda caviar. O governador não quer, de maneira alguma, deputado Geraldo Pimenta, falar para onde voou. Isso é voo passado; história de dizer, de alegar que se trata de segurança. Segurança de voo realizado? Ora, deputado Dalmo, tenha a santa paciência. Ganhamos a segunda liminar, novamente. Já tenho o resultado. Ele vai entrar com recurso de novo, porque é um governo que não quer transparência. Deputado Professor Mourão, o governo anterior gastou muito dinheiro, em 2014, com o fretamento de jatos: 138 mil. E por que falo que isso é muito dinheiro? Porque o governo do Estado tem à sua disposição, deputado Geraldo Pimenta, dois aviões: um King Air bimotor e um Citation, cujo nome nem sei falar, de tão bonito. Citation: um jato com capacidade para 12 lugares. Um Citation novinho, que é do governo.

Ele tem três helicópteros à disposição, mas ele não quer, ele quer usar toda essa estrutura. Em 2014, o governo anterior gastou R\$138.000,00. Em 2015, Pimentel chegou para os seus líderes falando: “Pegamos um governo com déficit de R\$7.000.000.000,00 dos tucanos”. Arrumaram toda aquela mentira. Repetiram a mentira mil vezes até ela virar verdade. Ele gastou R\$850.000,00 em 2015. O gasto saltou de R\$138.000,00 em 2014 para R\$850.000,00, apenas com fretamento de jatos com a empresa Líder Táxi Aéreo. Em 2016 – e continuamos a denúncia –, ele não parou. Gastou R\$1.074.000,00. E agora, deputado Bonifácio Mourão, pedimos a nossa competente assessoria para verificar: ele já gastou, até o mês de outubro, R\$968.000,00. Não para. A ganância é desenfreada. Deputado Geraldo Pimenta, que dia este governo deu exemplo e disse assim: “Estou cortando aqui. Estou cortando esse cargo comissionado. Estou diminuindo o fretamento de jato.” Que dia, Prof. Mourão? Não vimos isso ainda. Essa é a esquerda caviar. É a esquerda do deputado que me antecedeu, falando em democracia participativa. Tenha a santa paciência, deputado Bonifácio Mourão. Democracia deliberativa, participativa, participação social nos fóruns regionais para torrar o dinheiro público. Quem vai a esses fóruns regionais tem de ter vergonha. Tem de ter dó do dinheiro público. É uma ganância desenfreada.

Deputado Bonifácio Mourão, aí retiram R\$223.000.000,00 do custeio da PM, R\$60.000.000,00 do investimento da Polícia Civil; sucatearam o sistema prisional. A juíza de Belo Horizonte, deputado Geraldo Pimenta, está mandando soltar os presos, porque não há viatura para pegar o traficante e levar até ela no dia da audiência de instrução e julgamento. Sabem o que ela tem de fazer em

virtude do prazo processual? Colocar o traficante na rua. É a Dra. Andreia. Não fui eu quem disse isso. Foi a juíza da Vara de Tóxicos. Ela está colocando os presos na rua. Onde está o dinheiro da viatura? O Pimentel está gastando nos voos. Não há dinheiro para mandar para a segurança.

Enquanto isso, pessoas que dependiam de um remédio, deputado Bonifácio Mourão, pessoas em vulnerabilidade social, pessoas mais humildes ficaram sem o Farmácia de Minas. O PT em Minas Gerais acabou com o Farmácia de Minas, que tinha como propósito levar remédios para as pessoas de baixa renda. O Partido dos Trabalhadores acabou com esse programa. Esse é o governo da participação popular. E mais fórum regional, mais ganância. Dá o calote nos prefeitos, não destina R\$1.800.000.000,00, e fórum regional em cima, mais ganância; e não repassa o dinheiro do ICMS dos municípios, e mais fórum regional em cima; e não repassa o dinheiro do transporte escolar e da merenda escolar de tempo integral.

Deputado Bonifácio Mourão, é assim que estão fazendo os fóruns regionais? Vai lá, fala, gasta com diária, com gasolina, almoço, janta, diária de hotel, faz essa ganância toda, e depois não há dinheiro para as principais políticas sociais.

É isso que o PT faz em Minas Gerais? É isso? É uma vergonha! Simplesmente uma vergonha! Enquanto isso, deputado Bonifácio Mourão, o governador comunica à Assembleia. Vejam o importante comunicado do governador: “Sr. Presidente, cumprimentando-o cordialmente e informo a V. Exa. que estarei ausente do Estado no período de 13 a 15 de novembro do corrente ano em razão de viagem oficial à Colômbia”. Esse gosta de voar. Esse é campeão.

Descobri uma coisa incrível, deputado Geraldo Pimenta: o governador não anda de carro aqui. Todo deslocamento dele... Tem deputado aqui que tem pessoas muito próximas ali do Mangabeiras. Vizinhos veem o helicóptero dele chegando, Bonifácio Mourão, ele vai para a Cidade Administrativa de helicóptero. É uma vergonha. E tínhamos o governador Anastasia, pessoa séria, honrada, trabalhadora e que chegava lá às 8 horas e saía 20 horas, todos os dias. O outro não, só de helicóptero. E não é só para buscar o filho dele em Escarpas do Lago, é para todo deslocamento. Ele sai da Cidade Administrativa, Mourão, para ver um treino na Toca da Raposa. Medimos no Google Maps: 13,2km de helicóptero. Isso é governar para os pobres? Isso é se preocupar com as pessoas de baixa renda? Isso é esquerda caviar. Aliás, o jornal *O Tempo* denunciou, Bonifácio Mourão, que ele gastou R\$900.000,00 para compra de carne de angus, filé-mignon de carne bovina escocesa, de salmão, de lagosta, de camarão. Mas não é qualquer camarão, Geraldo Pimenta, é camarão GGG, aquele camarão enorme que só vai nos pratos das elites. Esse é o governador de Minas Gerais. E para a coisa ficar melhor, vinho chileno, argentino e cerveja belga. Isso tudo é a ganância do palácio.

Queria, antes de encerrar meu tempo, presidente, dizer que realmente o Tribunal de Justiça, com muita pressão da Assembleia e do próprio governo do Estado – e temos que reconhecer – está fazendo uma interpretação que chamamos no direito, deputado André Quintão, *in bonam partem*, para a supremacia do interesse público na decisão dos contratos dos agentes contratados, Prof. Mourão. Eles vão modular a decisão e, nessa modulação, vão dar mais três anos para os contratos serem prorrogados.

Quero avisar aos caroneiros, àqueles que não gostam de agentes penitenciários contratados, que escorraçaram os agentes contratados, que essa decisão é do Tribunal de Justiça, não do Parlamento. Agora, nós, da oposição, não, Mourão, já estivemos aqui, na oposição, até obstruindo a pauta por causa dos agentes penitenciários, buscando uma solução. Aprovamos uma emenda em 2º turno.

Agora os agentes penitenciários e socioeducativos contratados em Minas Gerais estão perto de ver uma luz no fim do túnel. O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio dos desembargadores do Pleno, vai modular a sentença. Ao se modular uma decisão colegiada, vai-se permitir a extensão do contrato por mais três anos. Isso é fruto da nossa persistência, do nosso embate, da nossa cobrança, diferentemente daqueles que os apedrejaram, que agora querem posar de bons moços e querem tirar uma casquinha, um proveito. A decisão é do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio dos desembargadores do Pleno.

Essa, sim, é uma decisão acertada. Por quê? Por causa daquela simples interpretação, Prof. Mourão, de supremacia do interesse público, de razoabilidade. Porque não era razoável demitir 5 mil, 6 mil agentes penitenciários contratados e o sistema prisional ir ao colapso total. Os próprios juizes da execução criminal passaram por enorme dificuldade.

É uma notícia boa, mas não adianta deputado achar que vai sair por cima, achar que é dono da razão. Primeiro atira pedra, diz que só quem tem direito é o agente efetivado do concurso. Todos têm direito. É óbvio que é melhor que todos sejam concursados, mas depois que se deixam os contratos pendurarem por 20, 25 anos, simplesmente demitem, jogam na rua? Isso não pode acontecer. Nós, sim, da oposição, Prof. Mourão, mantivemos a coerência, a altivez, a resistência em defender os contratos.

Olha que estávamos fazendo o bem para o Estado, ajudando o próprio governo do Estado para não demitir, deputado Geraldo Pimenta, e causar um estrago. Como disse a própria D. Maria Tereza, presidente da *Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade*: “A permanência dos agentes tem um impacto muito mais social, e o próprio governo está ignorando: as visitas, o banho de sol”. A própria OAB não estava tendo como exercer o seu papel, assim como os juizes na execução criminal. Todo o mundo estava em dificuldade. Mas, agora, a decisão do Tribunal de Justiça caminha firmemente para modular a sentença, interpretando a Lei nº 18.185, votada durante o governo de Antonio Augusto Anastasia, em 2009, por nós, deputado Prof. Mourão. Vão ser estendidos mais três anos na interpretação. Parabéns ao Tribunal de Justiça! Parabéns ao presidente Herbert Carneiro, que está encampando, mas ao Judiciário, não a alguém que tenta tirar proveito neste momento, na malandragem. Na malandragem, não. Na *expertise*, não. O cidadão não é tão bobo como você imagina.

O deputado Geraldo Pimenta* – Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores, galeria, mineiros e mineiras, boa tarde. Gostaria, inicialmente, Sr. Presidente, de cumprimentar o Sr. Herbert Carneiro, presidente do Tribunal de Justiça, por uma decisão recente sobre uma dívida que a Andrade Gutierrez cobra da Prefeitura de Betim – dívida, segundo vários estudos, resultado de corrupção, no final dos governos da ditadura militar. Uma dívida que já fora paga, cuja cobrança, felizmente, na semana passada, depois de várias lutas do governo de Betim, dos moradores de Betim, da população de Betim, o Tribunal de Justiça suspendeu. Então, gostaria de parabenizar o tribunal por essa decisão e a toda Betim, que, felizmente, respira num momento de crise violenta, evitando gastar os recursos da saúde, da educação, da folha de salários. Agora podemos investir em outras áreas. Então, gostaria inicialmente de fazer essa saudação.

A segunda questão, Sr. Presidente, é que o deputado André Quintão veio à tribuna falar sobre os fóruns regionais. Gostaria de dizer que essa é uma experiência muito importante para os mineiros. Tivemos o governador Pimentel à frente da Prefeitura de Belo Horizonte, quando inovou com o orçamento participativo e também com o orçamento digital. Foram experiências importantes, porque mostraram uma forma diferente de governar: ouvindo as pessoas mesmo. Então, fico perplexo quando ouço falas em sentido contrário, questionando o governador por ouvir as pessoas, por viajar para as várias regiões de Minas, ouvindo as pessoas para governar. Neste momento de crise econômica, política, social, precisamos otimizar os recursos públicos.

Não há outra forma senão estar próximo das pessoas, do povo, ouvindo as demandas essenciais, mais importantes, e aplicar corretamente os recursos públicos nessas demandas prioritárias. Então, os fóruns regionais, o orçamento participativo, o orçamento digital, os governos de portas abertas, tudo isso faz bem para a democracia.

Uma terceira questão é que o governo Temer respira por aparelho, mas quer aprovar de qualquer forma a reforma da previdência. Um governo que está com 3% de aprovação, um governo moribundo, querendo aprovar uma reforma da previdência como aprovou a reforma trabalhista. Não é possível. Por isso, amanhã, as centrais sindicais, os sindicatos, os movimentos sociais irão novamente às ruas dizer não ao trabalho escravo, dizer não à implementação da reforma trabalhista no País, que está marcada para começar a valer no dia 11 de novembro. Essa manifestação será mais do que justa, e amanhã todos estão convidados a ir às ruas defender direitos sagrados, como a licença-maternidade, o trabalho da gestante, da parturiente e da lactante em condições salubres, e

não como foi aprovado, porque a gestante poderá trabalhar em ambiente insalubre. Isso é um absurdo. Por isso, amanhã todos os mineiros estão convocados a ir às ruas defender esses direitos sagrados.

Presidente, fora, Temer! Está passando da hora. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/11/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 16/11/2017, Mônica Pires Gonçalves, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Raisia Lemos da Silva Mendes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Willian Robson Marques Fraga, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis.

TERMO DE CONTRATO Nº 75/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, de acordo com o art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 84/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dom Bosco. Objeto: doação de bem inservível. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, de acordo com o art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.